

O Brasil diante de um cenário mundial de investimentos, de tecnologias de vanguarda e de educação aberta e flexível: estamos dentro ou fora?



Susane Garrido é doutora em Informática na Educação pela UFRGS. Professora visitante nas universidades de Sheffield (Inglaterra) e Sevilla (Espanha), é consultora de grandes grupos de ensino superior. Membro da Abed, atua também na Assessoria ao MEC (Inep e CNE) como membro das comissões voltadas para educação a distância.

Resumo

Temos tempo? Não creio. A educação no Brasil exige mudanças! A sociedade, unindo a informação e a tecnologia, congrega o poder de instituir mudanças em nosso planeta. O desenvolvimento sustentável em todas as áreas do viver é a chave para a sobrevivência das gerações com qualidade. Desnecessário é mencionar os jargões amplamente usados na educação, particularmente no Brasil, onde a educação se encontra em uma dimensão estagnada há séculos, sem qualquer desenvolvimento linear. As políticas voltadas à educação básica e à educação superior não foram atualizadas e, consequentemente, as instituições não promovem aplicações e atividades relevantes. No processo educacional, é um grande erro dissociar a educação superior da educação básica, uma vez que o processo compreende os mesmos alunos – só que em diferentes faixas etárias. Uma vez que temos acesso a importantes relatórios e práticas de referência, de fontes como Abed, Horizon e ICDE, por

que não usamos essas referências como orientação e mudarmos o panorama atual? Ou, talvez, por que não as replicamos aqui? Estático é o adjetivo que melhor define nosso paradigma educacional, seguido do pensamento linear e, atualmente, da ação conjunta e concomitante de todos os atores desse cenário. Por que, então, não reagimos?

Palavras-chave

educação aberta; educação a distância; mercado e investimentos; políticas públicas; gestão; regulação e avaliação; complexidade; tecnologias; vontade e potência.

Abstract

Do we have the time? I don't think so. Education in Brazil claims for changes! As information and technology are now woven into the fabric of society, their integration has empowered society to change our planet. Wholesome and overarching sustainable development is the key to the

survival and life quality of generations. There is no need to refer to well-known education jargon, particularly here in Brazil, where education has evolved into a stagnated landing for centuries, with no evidence whatsoever of any linear development or improvement. Primary and Higher Education policies have not been updated, which has resulted in educational institutions not promoting relevant learning activities and knowledge application. As education must be viewed as a process, the biggest mistake has been to dissociate Primary from Higher Education, since the process involves the very same learners – only at different ages. As we have access to major reference reports and practices from sources like Abed (the Brazilian Distance Education Association), Horizon and ICDE (International Council on Distance Education), why not view and use them and seek to change the current gloomy scenario? Or perhaps, why don't we replicate acknowledged practices here? Static can be said to be the adjective that best defines the Brazilian educational paradigm, followed by linear thinking and more presently, concomitantly collaborative and constructive action undertaken by all the players in the education scenario. Therefore, why don't we take a reaction?

Keywords

open education; distance education; market and investments; public policies; management; regulation and evaluation; complexity and technologies; willingness and strength.

Resumen

¿Tenemos tiempo? No lo creo. ¡La educación en el Brasil exige cambios! La sociedad, unida a la información y a la tecnología, congrega el poder de instituir cambios en nuestro planeta. El desarrollo sostenible en todas las áreas del vivir es la clave para la sobrevivencia de las generaciones con calidad. No es necesario mencionar los argots tan usados en la educación, particularmente en el Brasil, donde la educación se encuentra en una dimensión paralizada hace siglos, sin ningún desarrollo lineal. Las políticas dirigidas a la educación básica y a la educación superior no han sido actualizadas y en consecuencia, las instituciones no han promovido aplicaciones y actividades relevantes. En el proceso educativo es un gran error dissociar la educación superior de la educación básica, pues el proceso contempla a los mismos alumnos, sólo que en distintas edades. Cuando tenemos acceso a importantes informes y prácticas de referencia, de fuentes como Abed, Horizon e ICDE, ¿por qué no usamos esas referencias como orientación y cambiamos el panorama actual? Estático es el adjetivo que mejor define a nuestro paradigma educativo, seguido del pensamiento lineal y actualmente de la acción conjunta y concomitante de todos los actores de ese escenario. ¿Por qué, entonces, no reaccionamos?

Palabras clave

educación abierta; educación a distancia; mercado e inversiones; políticas públicas; gestión; regulación y evaluación; complejidad; tecnologías; ganas y potencia.

INTRODUÇÃO

Embora muito otimista com as possibilidades criativas que temos como criaturas *sapiens sapiens*, em primeiro lugar, e como brasileiros, tomada por uma perspectiva cultural, de relevância para esta análise, penso que estamos em um momento bastante delicado, tendendo a alguns retrocessos ou, no mínimo, estagnações prejudiciais para o desenvolvimento de políticas educacionais reais de avanços e de qualidade para um país como o nosso.

A velha desculpa histórica brasileira de que somos um país de 500 anos e, portanto, *juvenis* não funciona como justificativa para não evoluirmos em vários aspectos, principalmente no que se refere à educação, o principal “ativo” de um país que pretende desenvolver-se. O tempo hoje, mais do que nunca, não é *chronos* nem linear; em uma perspectiva do virtual, circundando tudo e todos, somos conectados também pelos tempos de todos, e o futuro é logo ali – com a tecnologia, temos acesso a ele se quisermos, assim como ao passado não só nosso, mas de todas as pessoas no mundo registrado em algum momento; logo, estamos sincrônicos.

Se a cultura brasileira permanece regida por seus legados históricos de tradições herdadas, obviamente ultrapassadas, e padece de uma estagnação diante de comportamentos que comprometem o entendimento da “política” com as bizarrices das “politicagens”, posso inferir, sem sombra de dúvida, que teremos muito mais do que índices inaceitáveis para o desenvolvimento básico e humano do País, assim como percentuais muito inferiores a 17% da população potencial no ensino superior, além de pouquíssimo

investimento de ordem tecnológica, de formação docente e de pesquisa. Vontade de mudar o *status quo* e a qualidade no trato de políticas públicas ascendentes que possam alavancar a qualidade de vida da população brasileira é o elemento que precisamos começar a buscar para sermos considerados um país, de fato, sério, e assim atrairmos parceiros, exemplos, modelos e projetos também sérios

E de que modo se faz um país como o nosso virar um país sério no âmbito dos investimentos com a educação?

“Na educação superior brasileira, na prática, planejamos para resolver os problemas do próximo ano, embora, em tese, tenhamos um planejamento estratégico para os próximos cinco anos”

Primeiramente, planejamentos eficientes e eficazes são aqueles feitos, no mínimo, no âmbito de um “médio prazo”. Na educação superior brasileira, na prática, planejamos para resolver os problemas do próximo ano, embora, em tese, tenhamos um planejamento estratégico para os próximos cinco anos.

Mesmo assim, o espectro de alcance é muito curto, e, dessa forma, em sua maioria, as estratégias viram apenas planos de ações. Isso ocorre porque temos uma economia intermitente, planos de governo, e não de Estado, oscilações regulatórias e de avaliação, e um calendário anual preenchido por 200 dias letivos. Mesmo que tenhamos, na EAD, por exemplo, a possibilidade expandida desse tempo por conta da virtualização, continuamos pensando em 200 dias letivos, por convenção.

O Brasil precisa ser pensado e também executado, no mínimo, para os próximos 10 anos, uma vez que nosso passivo, no que se refere à *gama* de lições que deixamos de cumprir, não se resolve em um curto espaço de cinco anos.

Alguns fundamentos rumo a uma educação/educação superior de qualidade, em um futuro próximo, devem ser pensados agora, neste tempo presente. Para elucidar essas dimensões de gestão política e acadêmica da educação, o presente artigo irá pontuar quatro tópicos:

- os investimentos com o PIB;
- a educação e a educação superior no Brasil;
- os parâmetros mundiais na educação superior – por *Horizon Report*;
- as tendências nas políticas públicas mundiais para uma educação, de fato, aberta – por Abed e ICDE.

1. OS INVESTIMENTOS COM O PIB

De uma forma bastante sintética, podemos analisar o PIB sob dois critérios diferentes, o que, obviamente, muda a análise: o critério da paridade do poder de compra (entre países) e o critério da distribuição de renda.

Na última análise (2011/2012), o Banco Mundial e o FMI utilizaram o critério da paridade do poder de compra, produzindo um belíssimo sétimo lugar para o Brasil:

[...] A economia do Brasil tem um PIB nominal de 2,39 trilhões de dólares (4,14 trilhões de reais), foi classificada como a sétima maior economia do mundo em 2011 [...] segundo o FMI (considerando o PIB de 2,39 trilhões de dólares, para 2012), e também a sétima, de acordo com o Banco Mundial (considerando um PIB de 2,09 trilhões de dólares em 2010) e o *World Factbook* da CIA (estimando o PIB de 2011 em 2,28 trilhões de dólares). (WIKIPÉDIA, 2014)

Já se o critério fosse o de distribuição de renda, o Brasil ocuparia o 80º lugar mundialmente.

[...] Em um ranking baseado no PIB per capita, que também usa o critério de Paridade do Poder de Compra, a situação é bastante diferente. O PIB per capita é um critério mais confiável para medir a distribuição de renda. [...] Os Estados Unidos aparecem em 12º lugar e a China, em 99º. [...] O PIB per capita do Brasil foi de US\$ 11.875 em 2012 e tem crescido a uma taxa média de 4,5% ao ano. (UOL ECONOMIA, 2014)

Mas qual é o problema em um *ranking* e em outro? A fantasiosa conclusão de que estamos bem por sermos uma economia forte. A análise fica reduzida a uma avaliação comparativa puramente numérica, em que os contextos relevantes que deveriam ser considerados, como a educação, por exemplo, desaparecem.

Na análise do PIB brasileiro, ainda fomos comparados à Suíça por investirmos a mesma coisa que eles em *educação*. O problema é que, no Brasil, o PIB por habitante é de apenas US\$ 11.216, enquanto, na Suíça, é de US\$ 43.156. Portanto, 5,65% do PIB brasileiro equivalem a meros US\$ 628 por pessoa. Já os 5,56% do PIB suíço correspondem a nada menos que US\$ 2.399 por habitante, quase quatro vezes mais.

Desse modo, embora o Brasil tenha sido apontado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como um dos países que mais destinou seu PIB para a educação, está longe de um investimento condizente com nossas reais necessidades. Mesmo com maior investimento, quando se divide o gasto pelo total de alunos, o País fica em penúltimo lugar – gastou US\$ 2.985 por estudante, enquanto a média da OCDE é de US\$ 8.952.

O equívoco do percentual de investimento brasileiro do PIB para cada rubrica – em especial, para a educação, começa ao se fazer uma análise comparativa de cunho macro, ou seja, balizando-se por países desenvolvidos que possuem visão sistêmica dos diversos segmentos do país, em uma trajetória cultural de anos, antes de se fazer uma análise de cunho micro, interna.

Se a Suíça se sustenta com alta performance em educação com o investimento que tem, é porque suas características de hoje são resultado de um processo de aculturação dos governos e do povo pela qualidade de vida que possuem hoje (planejamentos de longo prazo), e não resultado de um número aleatório, ou simplesmente comparativo, para os investimentos de seu PIB.

“Embora o Brasil tenha sido apontado pela OCDE como um dos países que mais destinou seu PIB para a educação, está longe de um investimento condizente com nossas reais necessidades”

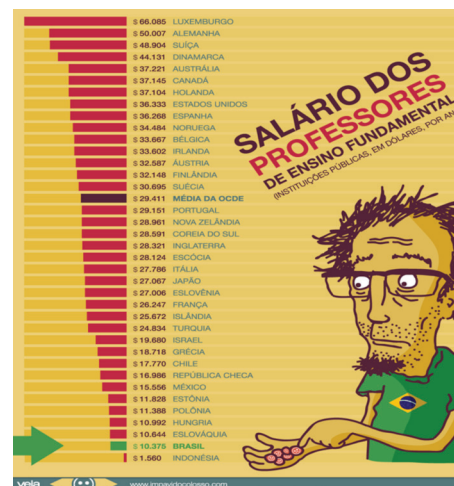
2. A EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O Brasil continua a destinar um percentual do PIB para a educação de forma completamente equivocada e, nessa linha de raciocínio (puramente macro-comparativo), irá continuar errando. Um país como o nosso, que não investiu anteriormente em educação ou saneamento básico, por exemplo, conforme a maioria dos países ricos, não pode considerar que 10%, 15% ou 18% de investimento irão resolver nossos problemas quando temos uma população jovem e ativa ainda muito superior que a da maioria dos países europeus desenvolvidos. Em um prognóstico de cinco anos, até 2020, segundo o IBGE, ainda seremos uma população jovem enorme, entre homens e mulheres que poderão estar nas universidades.

Entretanto, chegar à universidade, no Brasil, conta com um desafio quase olímpico para quem precisa da rede pública: ultrapassar as barreiras de uma educação “precária” básica que temos, já que evasão, repetição, desinteresse, fome e ainda professores mal remunerados fazem parte constante do cenário brasileiro.

Novamente com dados da OCDE, em um *ranking* dos salários dos professores de educação básica da rede pública de 38 países, ocupamos um vergonhoso penúltimo lugar; a Suíça, nossa “coirmã” de investimento do PIB, ocupa o terceiro lugar.

Gráfico 1 – Dados do estudo *Education at a Glance 2014*



Fonte: FUENTES, 2014.

“Temos uma população mais empobrecida, que, simplesmente, está mais inserida digital e comercialmente, mas continua fora da universidade”

Sendo assim, de que forma teremos qualidade na educação quando o cenário possui todos os equívocos de gestão, que, inclusive na universidade, teoricamente, apontamos com veemência diante das teorias A ou B e não conseguimos sequer tocá-los na prática, como “projetos-piloto”, nas comunidades brasileiras para aplicar o que, como professores, tentamos ensinar? Foi só um desabafo enaltecendo a eterna dicotomia da práxis.

É fato que – glorificados ou não por um sétimo lugar na economia mundial – temos uma população mais empobrecida, que, simplesmente, está mais inserida digital e comercialmente, mas continua fora da universidade. Além disso, essa população está longe de começar a diminuir em termos de natalidade, ao contrário do que o *status quo* divulga a senso comum (conforme tabelas do IBGE a seguir). Esses dados informam que o Brasil tem e terá uma população iminente (robusta) para graduação e pós-graduação, que precisa sofrer fortes investimentos desde a educação básica para ser garantida em um futuro próximo.

Tabela 1 – População masculina 2014–2020

IDADE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
20	1.730.640	1.730.618	1.731.395	1.732.666	1.734.568	1.736.083	1.731.907
21	1.727.526	1.726.297	1.726.402	1.727.304	1.728.665	1.730.648	1.732.249
22	1.725.611	1.723.198	1.722.101	1.722.333	1.723.323	1.724.768	1.726.835
23	1.724.900	1.721.297	1.719.018	1.718.047	1.718.375	1.719.453	1.720.976
24	1.723.292	1.720.597	1.717.128	1.714.982	1.714.109	1.714.521	1.715.687
25	1.718.681	1.718.967	1.716.421	1.713.090	1.711.044	1.710.261	1.710.765
26	1.721.575	1.714.336	1.714.766	1.712.372	1.709.148	1.707.199	1.706.507
27	1.736.205	1.717.223	1.710.149	1.710.721	1.708.433	1.705.313	1.703.458

Fonte: IBGE, 2013.

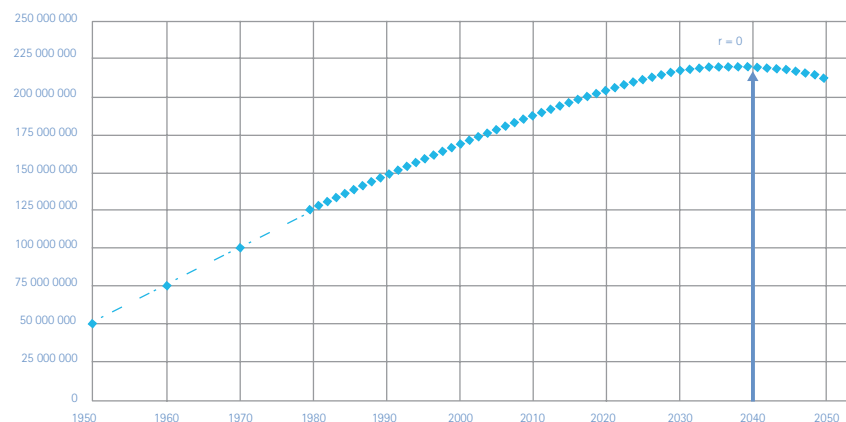
Tabela 2 – População feminina 2014–2020

IDADE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
20	1.685.769	1.684.890	1.684.527	1.684.464	1.684.808	1.684.829	1.681.270
21	1.686.727	1.684.875	1.684.048	1.683.738	1.683.699	1.684.063	1.684.101
22	1.688.739	1.685.834	1.684.036	1.683.264	1.682.975	1.682.956	1.683.338
23	1.691.869	1.687.843	1.684.995	1.683.250	1.682.501	1.682.235	1.682.234
24	1.694.032	1.690.974	1.687.004	1.684.209	1.682.489	1.681.763	1.681.514
25	1.693.047	1.693.022	1.690.028	1.686.118	1.683.349	1.681.660	1.680.957
26	1.699.709	1.691.916	1.691.962	1.689.038	1.685.158	1.682.420	1.680.758
27	1.718.505	1.698.577	1.690.855	1.690.969	1.688.074	1.684.229	1.681.517

Fonte: IBGE, 2013.

De acordo com as projeções do IBGE, as taxas de crescimento populacional passam a diminuir, de fato, a partir de 2040. Então, até lá, o Brasil ainda será um país com muitos compromissos para o desenvolvimento de sua juventude. Será que já estamos observando os números de 2015?

Gráfico 2 – Evolução da população total, segundo os censos demográficos e projeção Brasil – 1950/2050



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação e População e Indicadores Sociais, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980–2050 – Revisão 2008.

Entretanto, a manutenção das políticas públicas atuais para a educação só contribuirá para aumentar os números de analfabetos, de analfabetos funcionais e, por consequência, de jovens a serem excluídos das universidades.

Sobre o analfabetismo funcional brasileiro (amostra com mais de 15 anos, com menos de quatro anos de estudo completo), tema menos discutido que o analfabetismo simples, o dado assustador é que ele representou, em 2013, uma taxa da ordem de 18,3% da população, o que significa cerca de 27,8 milhões de pessoas em 2012. Essas pessoas possuem telefone celular, estão nas redes sociais, possuem crédito e, portanto, cartão de crédito, mas, pela verdadeira massificação de uma inclusão simplesmente digital, e não reflexiva o suficiente – para demonstrar que poder é esse que se está tendo –, é também uma população “endividada”, com subvidas, subempregos, subeducação.

Entretanto, nossas taxas de analfabetismo simples também não estão nada favoráveis para um bom desenvolvimento do País. Em 2013, os dados do IBGE constataram que, desde 1998, não havíamos aumentado a taxa de analfabetos (quem não lê e não escreve), o que ocorreu em 2012. Identificaram-se cerca de 13,2 milhões de pessoas analfabetas, o equivalente a 8,7% da população total com 15 anos ou mais de idade.

Esses resultados – e o pior, as projeções sobre eles – são, novamente, frutos de um olhar dicotômico e politicamente “incorreto” de gestão pública que ocorre pelo simples poder do uso da estatística pura, desconsiderando os cenários que dela fazem parte.

Em relação à educação superior, o Brasil tem hoje os seguintes números, como dados do Inep:

Tabela 3 – Evolução do ensino superior

	2003	2012
INSTITUIÇÕES	1.859	2.416
CURSOS	16.505	31.866
MATRÍCULAS	3.887.022	7.037.688

Fonte: Censo da Educação Superior (MEC/Inep), 2012.

Não é nenhuma novidade, ao menos para nós, brasileiros, que em torno de 87,4% do total das instituições de ensino superior sejam privadas. Desse modo, o crescimento de mais de 50% nas matrículas de 2003 para 2012 também acompanha o mesmo comportamento de supremacia das instituições privadas.

Conforme dados do MEC divulgados pelo G1 da *Globo.com*:

- Na última década, o número de instituições de ensino superior cresceu 30% em todo o Brasil.
- "Essas instituições também foram responsáveis por 77% dos diplomas emitidos a formandos de 2012. No total, 73% das matrículas estavam na rede particular, concentração que aumentou pouco na última década – em 2003, as faculdades, centros universitários e universidades pagas tinham 71% das matrículas." (MORENO; FAJARDO, 2013).
- O censo de 2013 também revelou que educação a distância, como modalidade de oferta para

o ensino superior, aumentou mais de 60% em três anos; já a modalidade presencial cresceu cerca de 27,2%.

Outro dado do MEC de 2013, ainda de relevância, é o atingimento da marca de 17,5% dos jovens brasileiros na universidade, o que representa cerca de sete milhões de pessoas. Entretanto, a meta do governo brasileiro para os próximos anos (antes das eleições de 2014) era atingir 35%, conforme média internacional.

3. OS PARÂMETROS MUNDIAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR – POR HORIZON REPORT

Sob uma perspectiva mais macro da educação superior no que se refere a tendências mundiais, um dos relatórios de maior relevância para uma análise de curto a longo prazo é o *NMC Horizon Report*, que contou, em 2013, com a colaboração do *New Media Consortium e da Educause Learning Initiative*, com dados publicados e disponíveis *on-line*, no *website* www.nmc.org/pdf/2013-horizon-report-HE.pdf.

As últimas tendências apontadas pelo *Horizon*, em 2013 e 2014 respectivamente, foram subdivididas da seguinte forma:

- Tendências de curto prazo para os próximos 12 meses ou menos:
 - Os cursos *on-line* massivos ou os *Moocs* ainda tendem a um crescimento, a exemplo das iniciativas de nomes como o *Coursera*.
 - O uso de *tablets* promete ser, realmente, o veículo midiático do futuro próximo. De acordo com Assumpção (2014), Tecnologia + Professor = Educação.

“Identificaram-se cerca de 13,2 milhões de pessoas analfabetas, o equivalente a 8,7% da população total com 15 anos ou mais de idade”

- Tendências de médio prazo para os próximos dois a três anos:
 - Games*, ou *gamification*, e a ideia da interação e interatividade dentro dos processos de aprendizagem de forma mais lúdica são apostas devidamente comprovadas nos últimos anos.
 - O controle mais estatístico de comportamentos e, portanto, reveladores de perfis socioculturais, inclusive cognitivos, nas plataformas sugere que o *Learning Analytics* venha a ser, cada vez mais, incorporado nas universidades.
- Tendências de longo prazo para os próximos quatro a cinco anos:
 - A impressão 3D chega como uma grande possibilidade econômica de redução de custos no quesito equipamentos obsoletos e consumo de papel, ao mesmo tempo que é uma evolução tecnológica. A ideia da adoção por parte das instituições de ensino superior no mundo é iminente.
 - Wearable Technology* – uma das conclusões mais vanguardistas que o relatório apresentou é o uso de dispositivos tecnológicos digitais e

virtuais pelo corpo humano, evidenciando, cada vez mais, a “acoplagem sinérgica” do ser humano com essas tecnologias.

Na recente publicação do *Horizon 2014*, já se verificam algumas tendências novas e outras (ainda de 2013) com prazos diferentes:

- Surge o *Fipped Classroom* como tendência imediata, e universidades como Stanford e MIT já vêm utilizando essa metodologia de inversão do que é aula/estudo e do que é estudo/aula em suas matrizes, principalmente de cursos de extensão; junto com a tendência do *Learning Analytics*, estas passam a ser também tendências de curto prazo.
- A impressão 3D (antes de longo prazo) e os *games* ficam como tendências de médio prazo.
- O *Virtual Assistant* – reconhecimento de voz e de gestos baseado no uso de tecnologias – e a ideia do *Quantified self*, melhor traduzido como o uso da tecnologia para controle das atividades diárias de consumidores (*fitness*, sono ou hábitos alimentares) e até para medidas em pesquisa na educação superior, como no caso da Universidade de Tóquio, que estuda os relacionamentos interpessoais no ambiente de trabalho usando esses dispositivos (Fitbit at the University of Tokyo – go.nmc.org/tokyo), somam-se às novas tendências de longo prazo.

Os dados do *Horizon Reports* são informações fundamentais para servirem de base para a elaboração de planos de negócios institucionais à altura das tendências mundiais (e, portanto, experimentadas), assim como para ajudarem a subsidiar melhor o

olhar das políticas públicas que regem a regulação e avaliação da educação a distância no Brasil de hoje.

Uma vez que a tendência mundial está nos cursos massivos, ou no uso dos *tablets*, há de se repensar questões relacionadas às possibilidades das duplas (ou mais) diplomações nos cenários de graduação brasileira, por exemplo. Além disso, há de se rever, urgentemente, os acessos débeis de internet em algumas regiões do País (como no caso da região Norte) bem como as necessidades obsoletas de laboratórios de informática pelas universidades, haja vista a virtualização como o mote, e não o território físico da oferta.

Indo além dos aspectos anteriormente mencionados, com tendências tão arrojadas em que, cada vez mais, os indivíduos estarão direta e fisicamente mais conectados e, dessa forma, interativos, outros referenciais da EAD brasileira, como os polos (espaços físicos para as ofertas a distância) e as avaliações presenciais, deverão servir de modelos optativos para aqueles cursos que assim os desejarem em suas propostas pedagógicas. Esses referenciais mais "optativos" também servirão para instituições em que não há tecnologia condizente para acompanhar as formações de maneira totalmente virtualizada e que não circundam os terrenos normativos das ofertas (segundo as diretrizes curriculares nacionais) como exigências. Do mesmo modo, o repensar das bibliotecas físicas e das "não atuações virtuais no *stricto sensu*" é mais do que necessário no Brasil. Já fazemos pesquisa e orientação à pesquisa a distância há muito tempo.

“Há de se rever os acessos débeis de internet em algumas regiões do País bem como as necessidades obsoletas de laboratórios de informática pelas universidades”

4. AS TENDÊNCIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNDIAIS PARA UMA EDUCAÇÃO, DE FATO, ABERTA – POR ABED E ICDE

A Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), associação de maior destaque no âmbito da discussão das tendências da EAD brasileira, presidida pelo professor Fredric Litto, no intento de evoluir os conceitos tanto regulatórios quanto avaliativos, em vista de sua pesquisa e inserção nas tendências mundiais, tem promovido articulações com instituições de ensino superior, órgãos, conselhos e até com governos para o desenvolvimento da inovação da EAD, o que potencializa(rá), no Brasil, maior abertura a convênios, fomentos, subvenções e, com certeza, inclusão social, como o objetivo maior da modalidade no mundo.

Uma dessas importantes alianças da Abed, que tanto pode projetar o Brasil para um cenário

internacional ou, ao menos, tornar-nos conhecedores das melhores práticas de ensino superior a distância para ampliarmos os horizontes com qualidade, é o espaço de discussão gerado pelo *International Council for Open and Distance Education (ICDE)*. Nesse espaço, o objetivo é tratar das questões referentes às políticas públicas internacionais que regem diversos países e, dessa forma, estreitarem-se diferenças e obstáculos a fim de que iniciativas a distância sejam realizadas para o acesso e o alcance de todos, gerando-se, de fato, uma educação flexível e aberta.

Da última conferência mundial do ICDE, *ICDE Presidents' Summit 2014*, realizada em novembro de 2014, em Bali (Indonésia), concluiu-se:

Para resolver a desigualdade e o desemprego, especialmente entre os jovens, e promover o progresso em direção às metas de desenvolvimento das nações, faz-se necessário um compromisso com a abertura da educação, aprendizagem enriquecida pela tecnologia, uso de recursos da educação aberta, aprendizagem *on-line* flexível e combinada, pesquisa e inovação na elaboração, desenvolvimento, implantação e prática de modalidades educacionais em todos os níveis. [tradução livre]

Esta é a conclusão central do Fórum para Políticas da Unesco – ICDE, em Bali, conforme ressaltado pelo Professor Tian Belawati, Presidente do Conselho Internacional de Educação a Distância (ICDE). (ICDE, 2014)

Das conclusões apontadas pelas diversas reuniões nesse fórum, a premissa básica é que a EAD é, por natureza, uma modalidade aberta e híbrida, o que implica uma flexibilidade regulatória, tecnológica, metodológica e até legal trabalhista.

Esses aspectos insurgidos nas atuações do ICDE representam um novo posicionamento no âmbito de currículos flexíveis, *on-line*, abertos, de cunho *blended*, podendo o estudante escolher o formato do empacotamento de suas atividades. Comparando-se com nossas políticas regulatórias atuais, os percentuais permitidos de EAD nos currículos presenciais não fazem mais o menor sentido assim como a exigência da presencialidade, seja no polo, seja na avaliação, já citada anteriormente.

Para o ICDE e para a maioria da comunidade acadêmica pesquisadora da EAD mundial, há

“Outro aspecto de fundamental relevância para desenvolvermos uma educação superior brasileira de qualidade é a luta para um projeto de mobilidade real do estudante (e também do professor)”

“Com relação ao professor, os aspectos trabalhistas regrados internamente pelo País também precisariam ser revistos”

de se estimular o uso de recursos abertos (*free*) e de reuso, como *open educational resources* (OER), pois essa prática não só minimiza custos individualizados institucionalmente mas também promove o compartilhamento de ideias, linguas e potências que facilitam as vidas dos alunos, professores e gestores das instituições de ensino superior de uma forma geral.

Outro aspecto de fundamental relevância para desenvolvermos uma educação superior brasileira de qualidade é a luta para um projeto de mobilidade real do estudante (e também do professor), denominado como uma espécie de “desenvolvimento de qualificação transnacional”, em que ele possa iniciar o curso em uma instituição e terminá-lo em outras, com as devidas transferências de qualificações, créditos cursados e com as diplomações entre diferentes jurisdições e até países. Com relação ao professor, os aspectos trabalhistas regrados internamente pelo País – em especial, pela CLT – também precisariam ser

revidos. Essa revisão seria necessária para que, à medida que os alunos possuíssem mobilidade, os professores também pudessem tê-la, de acordo com seus trânsitos pelas universidades a que se destinariam, o que inclui, por exemplo, a contratação de professores estrangeiros ou a possibilidade de serem incorporados pelas instituições de convênio sob outras formas de contrato.

Gostaria de abordar, de forma integrada, outros três aspectos. O primeiro é a *adoção de um padrão* (referências) de orientações de qualidade, de fato, para uma EAD *open* e *on-line*, o que se distancia dos parâmetros e das dimensões da EAD no Brasil, onde o modelo não é *open* nem flexível, mas ancorado em uma experimentação, necessariamente anterior, na modalidade presencial.

O segundo aspecto a ser tratado é o “caráter de inovação” que está nos novos formatos de aprendizagem que preconizam a cooperação e a interação, como exemplos de bons resultados nos processos de construção de conhecimento pelos alunos.

O terceiro e último aspecto a ser analisado, a partir da visão do ICDE, é o *investimento em pesquisa*, conforme crivo deles:

Investimento em pesquisa voltado para as melhores práticas na criação, no desenvolvimento, no emprego e na condução de educação a distância, aberta, *on-line* e flexível; o uso de recursos da educação aberta; a mobilidade dos aprendizes; novos modelos de negócios para a operação das instituições educacionais; e novos modelos de garantia e responsabilidade pública. (ICDE, 2014)

Embora o discurso sobre investimento em pesquisa seja um consenso de todos, infelizmente, o Brasil é um país que não estimula essa prática, analisando o cotidiano das universidades de uma forma geral. Mesmo que as dimensões de pesquisa e de pesquisadores existam dentro dos indicadores de avaliação institucional e de cursos, nosso país entende a universidade como um segmento muito mais mercadológico, priorizando a graduação, do que como um campo de pesquisa. Ou seja, a universidade poderia atuar como aquela que desenvolve a pesquisa de forma aplicada à sociedade ou ao mercado, com investimentos de terceiros e de órgãos de fomento internos e externos, constituindo-se como fornecedora da inovação científica e de produtos, por meio de patentes, por exemplo.

Os últimos dois *rankings* mundiais sobre qualidade das universidades da *Times Higher Education* mostram as seguintes colocações do Brasil:

- *THE 100 Under 50 universities 2014* (As 100 universidades com menos de 50 anos de existência), em 37º lugar;
- *THE 100 Under 50 universities 2013* (As 100 universidades com menos de 50 anos de existência), em 28º lugar.

Observe as seguintes tabelas desse *ranking* mundial:

Tabela 4 –As 100 universidades com menos de 50 anos de existência – 2014

POSIÇÃO	INSTITUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
1	Pohang University of Science and Technology (Postech)	Coreia do Sul	69.8
2	École Polytechnique Fédérale de Lausanne	Suíça	68.3
3	Korea Advanced Institute of Science and Technology (KAIST)	Coreia do Sul	67.4
37	Universidade Estadual de Campinas	Brasil	41.1

Adaptado de: TIMES HIGHER EDUCATION, 2014.

Tabela 5 – As 100 universidades com menos de 50 anos de existência – 2013

POSIÇÃO	INSTITUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
1	Pohang University of Science and Technology (Postech)	Coreia do Sul	75.0
2	École Polytechnique Fédérale de Lausanne	Suíça	71.9
3	Korea Advanced Institute of Science and Technology (KAIST)	Coreia do Sul	67.4
28	Universidade Estadual de Campinas	Brasil	45.4

Adaptado de: TIMES HIGHER EDUCATION, 2013.

“Não sabemos ganhar dinheiro fazendo pesquisa, tampouco buscar dinheiro para pesquisa (isso é raro em nosso país). Do ponto de vista institucional, fazemos pesquisa para justificar a permanência dos programas de pós-graduação”

No Brasil, os cenários universitários atuais produzem muito pouco e permitem, na mesma quantidade, a acoplagem da pesquisa em seus âmbitos de investimento ou de ganhos. Não sabemos ganhar dinheiro fazendo pesquisa, tampouco buscar dinheiro para pesquisa (isso é raro em nosso país). Do ponto de vista institucional, fazemos pesquisa para justificar a permanência dos programas de pós-graduação e pesquisa de nossas instituições e para a pontuação nos âmbitos dos órgãos avaliadores, como Capes e CNPq. Temos, portanto, de mudar essa perspectiva.

CONCLUSÃO

Respondendo à pergunta do título do presente artigo, considero estarmos fora de um cenário mundial de investimentos, de tecnologias de vanguarda e de educação aberta e flexível. Contudo,

temos condições de mudança nos cenários institucionais e políticos brasileiros, desde que consigamos abrir as portas do tradicionalismo cultural que nos rege, a partir das imersões e tendências mundiais a que temos assistido e de que, muitas vezes, temos participado.

A estagnação ou a incompetência deve sair de cena, uma vez que estamos munidos do que, praticamente, todos os países que se desenvolvem possuem: informação, tecnologia, pessoas pensando e um tempo que não é mais cronológico, mas senhor das sincronias.

A vanguarda requer coragem, mas, antes de qualquer coisa, requer vontade. Se, para *Schopenhauer*, a vontade é cega – o que nos deixa audaciosos para corrermos riscos –, para *Nietzsche*, ela é potência. O paradigma vigente é esse. Devemos aproveitá-lo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED). *Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2012*. Curitiba: Ibpex, 2013. Disponível em: <www.abed.org.br/censoead/censoEAD.BR_2012_pt.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

ASSUMPÇÃO, Cristiana. Tecnologia + Professor = Educação. *Prezi*, 2 set. 2014. Disponível em: <https://prezi.com/hci2rpk2cxmg/tecnologia-professor-educacao>. Acesso em: 22 dez. 2014.

CASTELLS, Manuel. *O fim do milênio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (MEC/INEP), 2012. In: MORENO, Ana Carolina; FAJARDO, Vanessa. Número de matrículas no ensino superior cresce 81% em dez anos. *G1 Educação*, São Paulo, 31 out. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/10/numero-de-matriculas-no-ensino-superior-cresce-81-em-dez-anos.html>. Acesso em: nov. 2014.

DIREÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR (DGES): Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal. *O processo de Bolonha*. Disponível em: <www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bologna/Processo+de+Bologna/>. Acesso em: nov. 2014.

FUENTES, André. Salários dos professores brasileiros estão entre os piores do mundo. Impávido colosso: gráficos, estatísticas e curiosidades nada lisonjeiros sobre o Brasil. *Veja*, 10 set. 2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/salario-dos-professores-brasileiros-esta-entre-os-piores-do-mundo>. Acesso em: nov. 2014.

GARRIDO, Susane. O desafio da gestão superior: da academia à operação: uma sociedade da formação (e do consumo). In: OLIVEIRA, Francisco Nilton Gomes de (Org.). *Educação superior: refletindo caminhos e compartilhando relatos de experiências*. Curitiba: CRV, 2014. cap. 1. Disponível em: <www.eadaqui.com.br/eadnoface/artigos/susane_garrido_artigo_gestao_superior.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

_____. RODRIGUES, Paraskevi Bessa. As organizações internacionais e a EAD. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Abed & Pearson Education do Brasil, 2012.

GRIBOSKI, Cláudia. SINAES: Avaliação dos ciclos do SINAES. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&trct=j&eq=ftesrc=s&source=web&ecd=1&cad=rja&ved=0CCwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D9744%26Itemid&ei=wOfZUsj9N5GNkAfjpoGwCQ&usq=AFOjCNEYNWoyMnWimHN_uSrbhD39HtDhJg&sig2=h4c6ozjeOqCo1-x-8QsR3A>. Acesso em: nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Projeção da população por sexo e idades simples, em 1º de julho - 2000/2060*. 2013. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm>. Acesso em: nov. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Exame Nacional de Estudantes - Enade. *Inep*, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade>>. Acesso em: nov. 2014.

_____. Indicadores de qualidade da educação superior. *Inep*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores>>. Acesso em: nov. 2014.

INTERNATIONAL COUNCIL FOR OPEN AND DISTANCE EDUCATION (ICDE). ICDE - UNESCO Policy Forum on open, online and flexible learning calls for actions by governments, higher education institutions and faculty. ICDE, 5 dez. 2014. Disponível em: <www.icde.org/ICDE++UNESCO+Policy+Forum+on+open%2C+online+and+flexible+learning+calls+for+actions+by+governments%2C+h.b7C_wRrOXp.ips>. Acesso em: nov. 2014.

JORNAL NACIONAL. Ministério da Educação divulga mapa dos cursos de graduação no Brasil. *Globo.com*, 29 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/10/ministerio-da-educacao-divulga-mapa-dos-cursos-de-graduacao-no-brasil.html>>. Acesso em: nov. 2014.

JUNIOR, Cirilo. IBGE: analfabetismo cresce pela primeira vez desde 1998. *Terra*, 27 set. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/ibge-analfabetismo-cresce-pela-primeira-vez-desde-1998,e5e1e55448c51410VgnVCM3000009acceboARCRD.html>>. Acesso em: nov. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Universidade Aberta do Brasil (UAB). *Ministério da Educação*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12265:uab-universidade-aberta-do-brasil&catid=248:uab-universidade-aberta-dobrasil&Itemid=510>. Acesso em: nov. 2014.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

E ESTATÍSTICA (IBGE); DIRETORIA DE PESQUISAS; COORDENAÇÃO E POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. Projeção da população do Brasil por sexo e idade - 1980-2050: revisão 2008. *Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica*, Rio de Janeiro, n. 24, 2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/projecao.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

MORENO, Ana Carolina; FAJARDO, Vanessa. Número de matrículas no ensino superior cresce 81% em dez anos. *G1 Educação*, São Paulo, 31 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/10/numero-de-matriculas-no-ensino-superior-cresce-81-em-dez-anos.html>>. Acesso em: nov. 2014.

NMC Horizon Report: 2013 Higher Education Edition. Disponível em: <http://www.nmc.org/publication/nmc-horizon-report-2013-higher-education-edition/>. Acesso em: dez. 2014.

NMC Horizon Report: 2014 Higher Education Edition. Disponível em: <http://cdn.nmc.org/media/2014-nmc-horizon-report-he-EN-SC.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

PINKER, Steven. *O instinto da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Tábula rasa*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

TIMES HIGHER EDUCATION. THE 100 Under 50 universities 2013. London, 2013. Disponível em: <www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2013/one-hundred-under-fifty>. Acesso em: nov. 2014.

_____. THE 100 Under 50 universities 2014. London, 2014. Disponível em: <<http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2014/one-hundred-under-fifty>>. Acesso em: nov. 2014.

_____. THE 100 Under 50 universities 2014. London, 2014. Disponível em: <<http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2014/one-hundred-under-fifty>>. Acesso em: nov. 2014.

UNIVERSIA. MEC: 88% das universidades são particulares. 20 out. 2003. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2003/10/20/528832/mec-88-das-universidades-so-particulares.html>>. Acesso em: nov. 2014.

UOL ECONOMIA. Brasil é 7ª maior economia, e China deve passar EUA logo, diz Banco Mundial. *UOL Economia*, São Paulo, 30 abr. 2014. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/30/ranking-do-banco-mundial-traz-brasil-como-a-7-maior-economia-do-mundo.htm#fotoNav=1>>. Acesso em: nov. 2014.

UOL EDUCAÇÃO. Pisa: desempenho do Brasil piora em leitura e 'empaca' em ciências. *UOL Educação*, São Paulo, 3 dez. 2013. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/12/03/pisa-desempenho-do-brasil-piora-em-leitura-e-empaca-em-ciencias.htm>>. Acesso em: nov. 2014.

WIKIPÉDIA: A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Economia do Brasil. *Wikipédia*, 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_do_Brasil>. Acesso em: nov. 2014.